

# ANÁLISE DO ÍNDICE DE PRIVAÇÃO À PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO (2017)

## ANALYSIS OF THE PERMANENCE PRIVATE INDEX IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION (2017)

Priscila Soares dos Santos<sup>1</sup>  
Évilly Carine Dias Bezerra<sup>2</sup>  
Sibele Vasconcelos de Oliveira<sup>3</sup>  
Rita Inês Paetzhold Pauli<sup>4</sup>

### Resumo

A evasão no ensino superior é um problema recorrente no Brasil, de forma que a compreensão de quais fatores condicionam tal processo ocupa posição de destaque na agenda acadêmica. Questões como condições socioeconômicas, condições de permanência proporcionadas pelas universidades e políticas assistenciais passaram a ser abordadas como determinantes ou não da evasão. Destarte, o presente estudo dedica-se a analisar algumas privações enfrentadas pelos estudantes do Ensino Superior no Brasil. Para tanto, foi implementado o método Alkire-Foster, com a utilização dos microdados do Enade de 2017. A metodologia de estimação do Índice de Privação sob as Condições de Permanência no Ensino Superior contemplou a análise de três dimensões, a saber: *perfil socioeconômico dos estudantes, condições de permanência e percepção dos alunos acerca da infraestrutura das universidades*. Dentre os resultados encontrados, foi possível observar que os estudantes são altamente privados na dimensão *condições de permanência*, em especial, no indicador *recebimento de auxílio permanência* (88,5%). Na divisão de grupos, a incidência de privações foi maior entre os estudantes das universidades particulares (97,1%) e entre aqueles que não ingressaram no ensino superior via alguma política de inclusão social (91,9%). Tendo em vista o exposto, reverbera-se a importância de políticas institucionais de inclusão social e assistência estudantil.

**Palavras-chave:** Evasão. Condições de permanência. Alkire-Foster.

**Classificação JEL:** I23, D63, B55.

### Abstract

Evasion in higher education is a recurring problem in Brazil, so the understanding of what factors condition this process occupies a prominent position in the academic agenda. Socioeconomic conditions, conditions of permanence provided by universities and assistance policies started to be addressed as determinants or not of evasion. Therefore, the present study is dedicated to analyzing some of the deprivations faced by higher education students in Brazil. To this end, the Alkire-Foster method was implemented, using the microdata from Enade 2017. The methodology for estimating the Deprivation Index under the Conditions of Permanence in Higher Education included the analysis of three dimensions, namely: *socioeconomic profile of students, conditions of permanence and students' perception of university infrastructure*. Among the results found, it was possible to observe that students are highly private in the dimension of permanence conditions, especially in the indicator of receipt of permanent assistance (88.5%). In the division of groups, the incidence of deprivation was higher among students from private universities (97.1%) and among those

---

<sup>1</sup> Mestranda em Economia e Desenvolvimento – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>2</sup> Mestranda em Economia e Desenvolvimento – UFSM.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da UFSM.

<sup>4</sup> Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSM.

who did not enter higher education via some social inclusion policy (91.9%). Thus, the importance of institutional policies for social inclusion and student assistance is highlighted.

**Key-words:** Evasion. Conditions of stay. Alkire-Foster.

**JEL Classification:** I23, D63, B55.

## 1 Introdução

A educação assume papel preponderante não somente na promoção da qualidade de vida das pessoas, mas também no processo de desenvolvimento de uma nação. Por estas razões, ações institucionais e coordenadas tendem a incluir esforços para priorizar investimentos na oferta de ensino à população. Nos objetivos do milênio preconizados pela Organização das Nações Unidas, a educação conquistou espaço através da busca pela universalização da educação básica para todas as crianças (ODM, 2015).

Conforme explica Sen (2000), a educação serve como base para a expansão de muitas liberdades. Na medida em que um indivíduo é alfabetizado, passa a aprender a se comunicar, ler, escrever e, assim, a ampliar suas oportunidades sociais e econômicas. Ganhos educacionais individuais traduzem-se também em maior participação nas atividades produtivas, demonstrando sua importância ainda para a coletividade.

Cabe destacar que, no Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988, o ensino obrigatório foi assumido como direito público de todos os indivíduos. No que diz respeito ao Ensino Superior (ES), que por muito tempo teve seu acesso limitado às camadas mais privilegiadas da sociedade, contou com uma expansão para os diferentes públicos, principalmente a partir do fim da década de 1990. Políticas de inclusão social, como as ações afirmativas para alunos pretos ou pardos e para aqueles oriundos de escolas públicas, fez com que o acesso ao ES aumentasse de forma considerável.

Contudo, apesar da ampliação das políticas de inclusão social e de políticas de expansão das universidades - como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) -, parcela de estudantes que consegue concluir a graduação ainda é muito aquém da esperada, especialmente quando comparada àquela que inicia cursos de ES no Brasil. De acordo com informações do Censo do Ensino Superior de 2018, o número de estudantes matriculados é superior ao que era em dez anos atrás em cerca de 44,6%, de forma que aproximadamente 56,8% dos alunos que ingressam nos cursos de ES no Brasil não concluem a graduação.

A evasão observada nas universidades brasileiras faz com que suas causas sejam cada vez mais observadas. Paredes (1994), David e Chaym (2019), ao procurar fatores condicionantes para a evasão, chamaram a atenção para a questão da infraestrutura e das condições de permanência dos estudantes. Para os autores, as condições nas quais os estudantes podem estar submetidos ao longo de seus cursos podem impossibilitar sua conclusão.

Tendo em vista o exposto, a presente pesquisa objetiva contribuir para a exploração do tema ao analisar algumas das privações enfrentadas pelos estudantes do Ensino Superior no Brasil e que podem influenciar na evasão dos alunos. Especificamente, espera-se identificar possíveis condicionantes da evasão dos cursos no país. A análise é realizada através de uma adaptação do método de mensuração de pobreza multidimensional Alkire-Foster, originado a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen, a fim de se produzir informação para que políticas públicas possam ser direcionadas diretamente a essas questões.

A redação do artigo está organizada em seis seções. Além desta seção introdutória, o trabalho conta com uma breve apresentação da importância da educação na seção dois. A terceira seção apresenta os aspectos mais gerais da evolução histórica do ensino superior no Brasil. Na seção quatro estão apresentados os aspectos metodológicos, procedimentos

estatísticos e fontes de dados. A seção cinco conta com a discussão dos resultados à luz dos elementos teóricos e revisão bibliográfica. Por fim, na última seção estão as considerações finais.

## **2 A educação como expansão das liberdades individuais: desafios e oportunidade ao processo de desenvolvimento humano**

A abordagem das capacitações de Amartya Sen propõe a visão do desenvolvimento como expansão das capacidades e das liberdades individuais. Nas palavras do autor, essa abordagem compreende o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 52). É importante salientar que a expansão dessas liberdades seria não só o fim primordial do desenvolvimento, mas também o principal meio.

A expansão das liberdades e das capacidades individuais dar-se-ia através de direitos básicos, como o acesso à saúde, a redução da mortalidade precoce, a igualdade de gênero, a conquista de direitos civis e o acesso à educação. Este último desempenha papel fundamental dentro da abordagem das capacitações, em que se propõe uma visão diferente acerca dos efeitos da educação na vida dos indivíduos.

Enquanto na tradicional teoria do capital humano os ganhos com a educação são traduzidos em aumento de produtividade e eficiência, a abordagem das capacitações vai além. Apesar de reconhecer a iniciativa enriquecedora da teoria do capital humano, Amartya Sen propõe que a educação seja vista de modo a tornar o ser humano livre e autônomo, e não apenas mais produtivo. De acordo com o autor, os ganhos obtidos com a educação, mesmo que não sejam refletidos em renda, irão expandir a liberdade dos indivíduos na medida em que irá possibilitá-los ler, se comunicar e ter melhores condições de escolha, em exemplo (SEN, 2000).

A educação em Amartya Sen se comporta como um bem misto<sup>5</sup>, na medida em que acarreta ganhos não somente pessoais, mas sociais. A educação, na visão do autor, pode ainda favorecer uma mudança social, podendo até mesmo promover o progresso econômico. A educação enquanto processo de desenvolvimento pessoal, conforme também argumenta Porter (1989), acarreta consequências também em nível macro, possibilitando a formação de pessoas capazes de pensar e analisar, o que é fundamental para o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma nação.

Freire (1971), Sen (2001) e Nussbaum (2006) tratam a questão educacional como a base para a expansão das demais capacidades humanas. Desta forma, indivíduos com acesso à educação são também indivíduos capazes de melhor contribuir para o bem-estar social, pela busca de direitos civis básicos e também para maior produção em termos econômicos. Logo, conforme afirmam Walker e Unterhalter (2007), “[...] a educação é uma boa capacidade humana para a expansão das liberdades humanas” (WALKER; UNTERHALTER, 2007, p. 8).

Assim, dado o importante papel que desempenha a educação na expansão das capacidades humanas e no desenvolvimento, se faz necessário que as nações deem atenção especial para a questão educacional, a fim de prover instituições eficazes que garantam o bom funcionamento e acesso da população nos diferentes níveis de ensino. No Brasil, a desigualdade social ainda se traduz fortemente na questão educacional. Grande parte da população ainda é privada dos mais elevados níveis de ensino. De acordo com dados da PNAD (2016), cerca de 51% da população adulta possui no máximo o ensino fundamental completo, enquanto apenas 15,3% dessa população possui o ensino superior completo. Ademais, as privações enfrentadas por aqueles que conseguem entrar no ensino superior no

---

<sup>5</sup> Um bem misto é aquele que não possui caráter inteiramente público e nem privado, mas sim ambos.

país podem ser determinantes na permanência ou não do estudante no curso, destacando a importância de se minimizá-las ao máximo.

A questão da permanência dos estudantes é uma pauta importante a ser levada em consideração. A evasão é um problema enfrentado pelos cursos de graduação no Brasil e no mundo. Segundo Jucá et al. (2019) a adoção de políticas públicas e a consequente expansão do ensino superior no país ao longo do tempo, diversificou o perfil dos estudantes universitários. Desta forma, estudantes com condições socioeconômicas adversas passaram a ingressar nos cursos, mas não necessariamente a concluí-los. Isso se dá, principalmente, porque alunos em piores condições socioeconômicas, além de provavelmente possuírem deficiências escolares, por vezes também precisam alocar seu tempo entre trabalho e estudo, prejudicando sua dedicação à graduação (WAINER; MELGUIZO, 2018).

A maior democratização no acesso ao ensino superior - fruto de políticas como as ações afirmativas, os financiamentos estudantis e as bolsas financiadas pelo governo - carecem também, portanto, de uma discussão para implementação de mecanismos que possibilitem a permanência dos estudantes nos cursos do ensino superior brasileiro. Para além do debate sobre a expansão da oferta do Ensino Médio, nos é cara a reflexão sobre quais estratégias são passíveis de serem implementadas para que o país conquiste sucesso na universalização e democratização do Ensino Superior.

### **3 Um breve relato acerca do Ensino Superior no Brasil**

Em busca de diagnósticos para as causas da elevada evasão no ensino superior no país, diversos estudiosos dedicaram-se ao tema (BÔAS, 2003; DIAS; THEÓPHILO; LOPES, 2010; VELOSO; ALMEIDA, 2013; ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016). De acordo com Paredes (1994), as causas da evasão podem envolver desde questões de infraestrutura das universidades, corpo docente e estratégias de promoção das condições de permanência (como assistência socioeducacional), além de questões pessoais mais relacionadas aos alunos, como condições socioeconômicas e vocação. Santos e Freitas (2014) afirmam que a vulnerabilidade socioeconômica - somada a outros determinantes internos e externos das Universidades - contribuem para o aumento da evasão no ensino superior.

No que tange à infraestrutura das universidades, é perceptível a importante influência desta sobre a capacidade de permanência dos estudantes nos cursos do ensino superior brasileiro. David e Chaym (2019), ao analisarem o fenômeno da evasão no ensino superior, verificaram que a infraestrutura universitária contribui para a redução do fenômeno. A falta de assistência estudantil, por sua vez, contribui para que a evasão ocorra, conforme demonstrado por Dias, Theóphilo e Lopes (2010).

No plano nacional, mediante a necessidade de políticas públicas para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior, a Portaria Normativa nº 39/2007 do Ministério da Educação (MEC) instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil no país. Esse plano possuía como objetivo garantir “[...] a permanência no meio universitário em condições dignas e equânimes” por meio de ações como a promoção de moradia estudantil, esporte, cultura, alimentação e transporte para os estudantes de baixa renda (BRASIL, 2007a).

A partir de então, a permanência no ensino superior passou a contar com um espaço na agenda política nacional. Da mesma forma, o REUNI, instituído também em 2007, previa um conjunto de estratégias para melhorar as condições da educação pública e privada no país. Entre essas estratégias estavam ações que objetivavam aumentar o número de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) e promover ações pedagógicas no combate à evasão, e “[...] apresentam como finalidade a diminuição das desigualdades sociais no país” (SANTOS; FREITAS, 2014, p. 195).

A ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, portanto, era uma das metas estabelecidas pelo REUNI e possuía como finalidade a redução das taxas de abandono dos cursos de graduação no Brasil. Assim, o foco estava sob a melhoria das condições de acesso e permanência nas IES, a fim de se promover melhor aproveitamento - seja da estrutura física das universidades, seja dos recursos humanos existentes nelas -, além de proporcionar maior democratização no acesso ao ensino superior (BRASIL, 2007b).

Ainda no que tange à busca pela democratização ao acesso aos cursos de graduação no Brasil, tem-se também a Lei nº 12.711 de 2012. Também conhecida como a Lei de Cotas, o referido instrumento legal instituiu a reserva de 50% das vagas das instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam ensino superior para estudantes que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e/ou estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (BRASIL, 2012a). Juntamente com o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e ao Financiamento do Ensino Superior (FIES), a lei contribuiu para expandir e democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil.

De fato, o aumento expressivo no número de vagas foi capaz de ampliar o número de matriculados nos cursos de graduação no país ao longo dos anos. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2018, o contingente de pessoas matriculadas em algum curso de nível superior no Brasil é cerca de 44,6% maior do que há 10 anos atrás. No entanto, os dados estatísticos da mesma pesquisa apontam para a dificuldade enfrentada pelos estudantes em concluir seus cursos. Numa série de tempo de 2010 a 2016, do total de estudantes ingressos em 2010, 56,8% desistiram do curso. Tal desempenho pode apontar para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em se manter nos cursos, principalmente no que diz respeito aos cursos localizados nas instituições de ensino superior privadas<sup>6</sup>.

Já os estudantes bolsistas e os que contratam algum tipo de financiamento tendem a concluir os estudos mais do que os outros: em 2016, 53,3% dos alunos da rede privada que contavam com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) concluíram a graduação, enquanto apenas 35,1% dos que não eram beneficiados pelo financiamento, chegaram a concluir os cursos. Dos estudantes contemplados com bolsa do Programa Universidade Para Todos (ProUni), o percentual de conclusão foi de 56%, enquanto entre aqueles que não eram bolsistas esse número foi de 34,8% (INEP, 2018).

Diante do exposto, infere-se que as possíveis restrições sofridas pelos estudantes das IES no Brasil podem ser determinantes para a conclusão ou não dos cursos de graduação pelos alunos, por poderem implicar maiores obstáculos ou resultados para a finalização dos cursos. Para além das condições socioeconômicas individuais, as condições de permanência e a infraestrutura proporcionada pelas universidades podem contribuir para o desfecho da situação dos estudantes. Assim sendo, o presente estudo propõe-se a analisar as fontes de privações a que alunos que prestaram o Exame Nacional de Desempenho do Estudante de 2017 estiveram expostos ao longo de sua graduação e que, direta ou indiretamente, contribuem para o sucesso/insucesso na realização do ensino superior. Para a realização da análise proposta, vale-se da adaptação do método de mensuração da pobreza multidimensional, isto é, o método Alkire-Foster. A especificação do método e os demais procedimentos metodológicos utilizados estão apresentados na próxima seção.

#### **4 Procedimentos Metodológicos**

---

<sup>6</sup> Os estudantes de universidades privadas podem enfrentar maiores dificuldades em concluir os cursos devido ao compromisso financeiro mensal com o qual eles precisam arcar. Alunos com piores condições socioeconômicas muitas vezes enfrentam dificuldades para se sustentar durante o ensino superior, o que pode levar à evasão ou ao atraso da conclusão do curso (WAINER; MELGUIZO, 2018).

A análise das fontes de privações a que estão submetidos estudantes de Ensino Superior no Brasil foi realizada através da manipulação de microdados provenientes dos questionários do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) de 2017. O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e possui como objetivo a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação. O exame, além de levar em consideração as competências dos estudantes, diagnostica seu perfil socioeconômico.

Como o intuito do estudo foi mensurar as privações que podem influenciar na evasão dos estudantes de seus respectivos cursos, fez-se o uso de um corte na base de dados, com a exploração de informações relativas aos indivíduos que possuíam como renda familiar per capita menor do que 1,5 salários mínimos. Assim, a análise desenvolvida enfocou o público de estudantes suscetíveis a maior vulnerabilidade socioeconômica, que – em tese – são mais sensíveis às privações multidimensionais enfrentadas ao longo da graduação.

Para explorar os microdados do Enade de 2017, adaptou-se o método Alkire-Foster, proposto por Sabina Alkire e James Foster em 2007, e originalmente empregado para mensurar a pobreza. Os referidos cientistas sociais, ao encararem a pobreza com um caráter multidimensional e não apenas monetário, estabeleceram critérios para a mensuração do fenômeno, de modo a agregar questões não somente de cunho econômico (ALKIRE; FOSTER, 2007).

O método consiste em analisar as privações em que os indivíduos de determinada unidade de análise estão expostos a fim de considerá-los ou não multidimensionalmente privados. De acordo com Alkire e Foster (2007), a vantagem do método é justamente a possibilidade de identificação das pessoas nesta situação, através da utilização de dois cortes ou linhas. Neste caso, o primeiro corte refere-se à quantidade mínima necessária de um dado indicador para o indivíduo ser considerado privado, enquanto o segundo corte refere-se ao número mínimo de indicadores para que a pessoa seja considerada multidimensionalmente pobre. Dada a aplicabilidade do método de análise de privações, torna-se possível a adaptação para o estudo de diversos cenários.

A operacionalização do método Alkire-Foster consiste nas seguintes etapas metodológicas:

*a) Escolha da unidade de análise*

O primeiro passo do método é determinar a unidade de análise, seja de indivíduos, famílias, entre outros. Para o presente estudo, a unidade de análise foram os estudantes formandos nos cursos de nível superior no Brasil no ano de 2017 e que participaram do Exame Nacional de Desempenho do Estudante<sup>7</sup>.

*b) Escolha das dimensões*

Conforme citado anteriormente, tanto as condições socioeconômicas dos estudantes quanto o suporte universitário (infraestrutura e auxílios para a permanência dos alunos) podem influenciar na evasão dos estudantes de cursos de graduação. Desta forma, as dimensões utilizadas para verificar o nível de privação vivenciado pelos estudantes formandos no ensino superior brasileiro são as seguintes: i) **Perfil socioeconômico** dos indivíduos, ii) **Condições de permanência no Ensino Superior** a que esses estudantes tiveram acesso durante o período cursado e; iii) **Percepção dos alunos quanto à infraestrutura das**

---

<sup>7</sup> Em 2017, participaram do Enade os alunos concluintes dos cursos de: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia e Sistemas de Informação, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática e Química, Artes Visuais, Educação Física, Letras-Português e Espanhol, Letras-Português e Inglês, Música, Pedagogia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão da Produção Industrial, Redes de Computadores e Gestão da Tecnologia da Informação (BRASIL, 2019).

**universidades** brasileiras, concebida a partir da percepção dos indivíduos. As dimensões estão listadas na primeira coluna do Quadro 1.

*c) Escolha dos indicadores para cada uma das dimensões*

Diante das informações disponíveis na base de microdados do Enade 2017, para cada dimensão, foram definidos três ou mais indicadores de representação. Ao todo, foram selecionados quinze indicadores, expressos através da segunda coluna do Quadro 01.

*d) Determinação e aplicação da 1ª linha de privações*

Para cada indicador é estabelecido um parâmetro ou linha de corte em quais condições cada indivíduo será considerado privado. No caso do presente estudo, como trata-se de uma adaptação do método, as linhas utilizadas serão de privação à permanência no Ensino Superior e encontram-se na terceira coluna do Quadro 1, juntamente com a respectiva dimensão e os respectivos indicadores dispostos na mesma linha.

Quadro 01 – Dimensões e indicadores de análise para estimação do Índice de Privação à Permanência no Ensino Superior Brasileiro

Dimensões	Indicadores	Privação identificada quando ...
Perfil socioeconômico	1. Escolaridade do pai	Não concluiu o Ensino Fundamental (EF)
	2. Escolaridade da mãe	Não concluiu o EF
	3. Alguém na família concluiu o Ensino Superior (ES)	Ninguém na família concluiu o ES
Condições de permanência no Ensino Superior	4. Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso o aluno recebeu para custear as mensalidades	Não recebeu nenhum tipo de bolsa e o curso não é gratuito
	5. Recebeu algum tipo de auxílio permanência ao longo da trajetória acadêmica	Não recebeu nenhum auxílio acadêmico
	6. Recebeu algum tipo de bolsa acadêmica ao longo da trajetória	Não recebeu nenhum tipo de bolsa
Percepção dos alunos quanto à infraestrutura das universidades	7. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária	Os alunos discordam da afirmação
	8. Foram oferecidas oportunidades para os alunos participarem de projetos de iniciação científica e atividades que estimularam a investigação acadêmica	Os alunos discordam da afirmação
	9. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país	Os alunos discordam da afirmação
	10. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país	Os alunos discordam da afirmação
	11. As condições de infraestrutura de salas de aula foram adequadas	Os alunos discordam da afirmação
	12. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas foram adequados para a quantidade de estudantes	Os alunos discordam da afirmação

13. A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram	Os alunos discordam da afirmação
14. A instituição promoveu atividades de cultura, lazer e interação social	Os alunos discordam da afirmação
15. A instituição dispôs de refeitórios, cantinas e banheiros em condições adequadas	Os alunos discordam da afirmação

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

*e. Estimação do total de privações e definição da segunda linha de privações (k).*

Nesta etapa, somam-se as privações de cada estudante, de modo que cada indicador tenha o mesmo peso dentro de cada dimensão (ALKIRE, 2002). A definição da segunda linha de privações serve para estabelecer o número de indicadores em privação que o indivíduo precisa apresentar para ser considerado multidimensionalmente privado.

Segundo Alkire e Seth (2007), é importante que a escolha se dê de forma balanceada. Por isto, para os 15 indicadores apresentados no Quadro 1, a linha de corte elencada foi de 5, um terço do total. Assim, os indivíduos que são privados em 5 ou mais indicadores são considerados em condição de extrema privação.

*f. Aplicação da segunda linha de pobreza k e estimação da Incidência de Privação (H)*

A partir daqui separa-se o número de pessoas consideradas privadas e não-privadas de modo que a condição de privação é identificada por uma binária. Assim, os indivíduos considerados privados recebem o valor 1 e aos não privados é atribuído o valor 0.

Segundo Vieira, Kuhn e Marin (2017), a Incidência de Privação (H) corresponde à razão entre o número de pessoas no banco de dados que são privadas pelo total de indivíduos. Ou seja, divide-se o total de pessoas em estado de privação (q), com k ou mais indicadores, pelo total da amostra (n), obtendo o percentual, ou seja, o *Headcount*. A terminologia aqui denominada será ‘percentual de estudantes em condição de privação’.

$$H = \frac{q}{n} \quad (1)$$

O resultado da razão corresponderá, portanto, em percentual, à parcela da amostra que é considerada multidimensionalmente privada. Segundo Alkire e Santos (2009), o *Headcount* não é sensitivo com a quantidade de restrições que as pessoas consideradas privadas enfrentam.

*g. Cálculo do hiato de privação média (A)*

Nesta etapa, segundo Alkire e Foster (2007), ocorre o somatório da proporção das privações de todos aqueles que foram identificados como privados e, logo em seguida, divide-se este valor pelo número total destes. Assim, obtém-se uma média de privações.

$$A = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{Restrição}{15}}{N^{\circ} \text{ total de estudantes em estado de restrição } (k \geq 5)} \quad (2)$$

*h. Cálculo de incidência ajustada (M<sub>0</sub>)*

Conforme explicam Vieira, Kuhn e Marin (2017), a incidência ajustada (M<sub>0</sub>) corresponde à proporção de privações que as pessoas privadas da amostra enfrentam em relação ao máximo de privações que poderiam sofrer. Nesta etapa, multiplica-se a Privação Média (A) pelo percentual de privados (H). Logo:

$$M_0 = A * H \quad (3)$$

*i. Decomposição dos resultados por grupo ou dimensão*



O último passo do método é a decomposição por grupos e a segmentação por dimensões. Assim, o  $M_0$  é decomposto por dimensão para identificar a diferença relativa entre os indivíduos ou grupos de cada uma delas no valor total da restrição.

Destacam-se aqui as algumas limitações da análise, na medida em que podem existir diversos efeitos sobre a permanência ou não dos estudantes no Ensino Superior que não estejam sendo contemplados na operacionalização do método Alkire-Foster. Por conseguinte, a indisponibilidade de informações e as restrições metodológicas podem implicar restrições ao alcance dos resultados da pesquisa.

## **5 Resultados e discussão**

A estimação do Índice de Privação à Permanência no Ensino Superior (IPPEs) no Brasil contou com a análise de uma amostra com cerca de 204.995 mil alunos respondentes do Enade no ano de 2017. A amostra é composta de estudantes que acessaram ou não algum tipo de política social ou de auxílios para a manutenção do curso, assim como estudantes de instituições públicas/particulares com ou sem auxílio para permanência no curso de graduação. Desta forma, a fim de melhor se analisar as especificidades dos estudantes em estado de privação, realizou-se ainda uma divisão de grupos. Além de verificar se as privações se comportam de forma diferente entre os estudantes das universidades públicas e os das universidades particulares, foram segregados os grupos de estudantes que ingressaram em seus cursos por meio de alguma política de inclusão social.

Na base de dados, do total de estudantes que realizaram o exame, cerca de 35% concluíram a graduação em universidades públicas e 65% frequentaram universidades particulares e filantrópicas. Os estudantes que ingressaram via alguma política de inclusão social representam aproximadamente 27% da amostra. Já os estudantes que não contaram com o auxílio de nenhuma política do tipo representam cerca de 73%.

Ao avaliar as fontes de privações a que estão submetidos os alunos de graduação do Brasil, percebeu-se que as menores privações estão relacionadas à infraestrutura das Universidades, principalmente no tocante ao acesso às bibliotecas e à estrutura das salas de aula. Somente 2,5% dos estudantes participantes do Enade 2017 apresentaram privação no que se refere ao acesso à biblioteca, oportunidade em que não dispunham de referências bibliográficas em suas instituições. Ainda, 3,8% dos estudantes consideram que não tiveram acesso a salas de aula com infraestrutura adequada ao longo da realização de sua graduação.

A Tabela 01 apresenta os resultados parciais da operacionalização do método Alkire-Foster, de forma a especificar os percentuais de privação percebido pelos distintos grupos de estudantes do Ensino Superior do Brasil. Além de verificar se o padrão de privações se comporta de forma diferente entre os estudantes das universidades públicas e os das universidades particulares, foi realizada a separação entre os estudantes que ingressaram em seus cursos por meio de alguma política de inclusão social ou não.

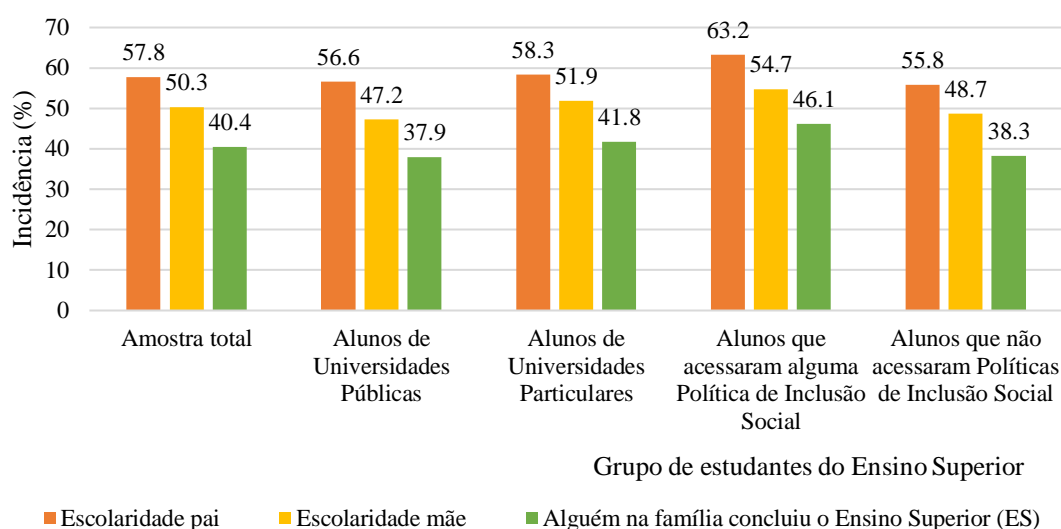
Tabela 1 - Resultados parciais da aplicação do Método Alkire-Foster

Dimensões	Privações	Percentual de privações observadas (%) para a amostra				
		Amostra total	Alunos de U. Públicas	Alunos de U. Particulares	Alunos que acessaram alguma Política de Inclusão Social	Alunos que não acessaram Políticas de Inclusão Social
<b>Perfil Socioeconômico</b>	Escolaridade do pai	57,8%	56,6%	58,3%	63,2%	55,8%
	Escolaridade da mãe	50,3%	47,2%	51,9%	54,7%	48,7%
	Alguém na família concluiu o Ensino Superior (ES)	40,4%	37,9%	41,8%	46,1%	38,3%
<b>Condições de permanência no Ensino Superior</b>	Bolsa de estudos ou financiamento do curso para custear as mensalidades	24,1%	-	24,1%	66,3%	30,4%
	Auxílio permanência ao longo da trajetória acadêmica	88,5%	72,6%	97,1%	79,3%	91,9%
	Bolsa acadêmica ao longo da trajetória acadêmica	77,6%	48,7%	87,2%	65,6%	76,5%
	Oportunidades para os alunos participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária	5,1%	4,0%	5,6%	4,5%	5,3%
	Oportunidades para os alunos participarem de projetos de iniciação científica e atividades que estimularam a investigação acadêmica	5,3%	4,1%	6,0%	5,0%	5,5%
	Oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país	20,5%	22,5%	19,4%	19,7%	20,8%
	Oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país	26,3%	27,6%	25,6%	25,5%	26,6%
	Condições de infraestrutura de salas de aula adequadas	3,8%	6,1%	2,5%	3,8%	3,8%
	Equipamentos e materiais disponíveis para as aulas foram adequados para a quantidade de estudantes	4,9%	7,3%	3,6%	5,0%	4,9%
	A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram	2,5%	4,2%	1,6%	2,4%	2,5%
	A instituição promoveu atividades de cultura, lazer e interação social	5,3%	5,9%	4,9%	4,7%	5,5%
	A instituição dispôs de refeitórios, cantinas e banheiros em condições adequadas	4,8%	8,7%	2,6%	4,8%	4,8%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

O maior número de privações observadas na dimensão *Perfil socioeconômico* dos estudantes está relacionado ao indicador *escolaridade do pai* (57,8%). Cabe evidenciar que estudos desenvolvidos por Vernier, Bagolin e Fochezatto (2017) e Cadaval e Monteiro (2011) constataram relações positivas entre a escolaridade dos pais e o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizado, de modo que maiores níveis de escolaridade dos pais dos alunos tendem a estar associados ao sucesso de aprendizagem. Ademais, os maiores efeitos observados dizem respeito à escolaridade da mãe e não do pai. Assim, pode-se argumentar que alunos do Ensino Superior têm maior possibilidade de concluir o curso se mães e pais também são escolarizados.

Figura 01 - Incidência de privações na dimensão *Perfil socioeconômico* (em %)

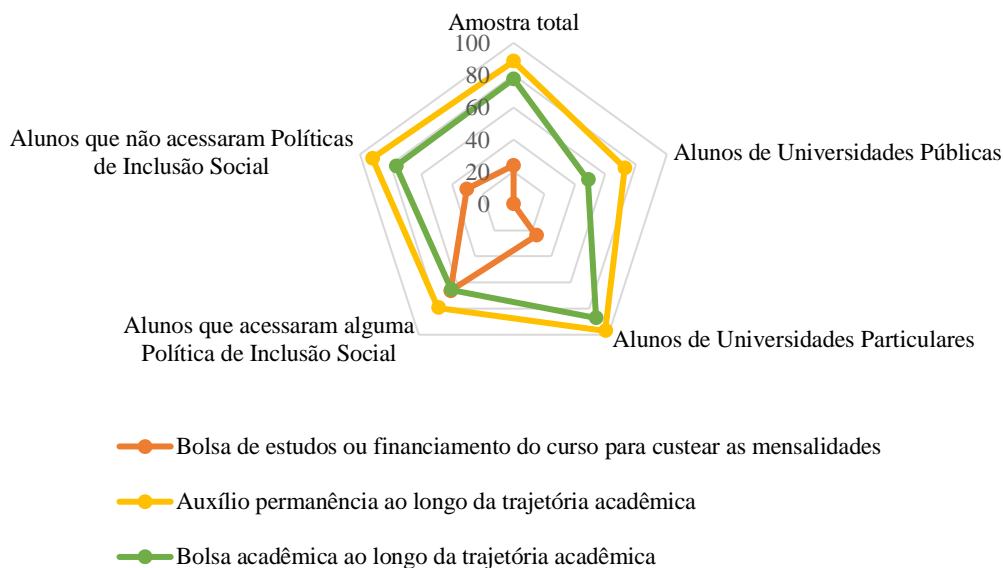


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

A análise dos dados com base na divisão de grupos revela que a privação dos pais ao acesso à educação é ainda mais latente no grupo de estudantes que ingressou em seus respectivos cursos por meio de alguma política de inclusão social (63,2%). Apesar dos resultados indicarem suscetibilidade à desistência de curso, também apontam para o rompimento de um ciclo de perpetuação da pobreza e miséria. Em outras palavras, um contingente expressivo de famílias – historicamente excluídas do processo de desenvolvimento – passa neste período mais contemporâneo a ter oportunidades socioeconômicas com o ingresso nas universidades.

No que se refere aos resultados para a dimensão *Condições de permanência no Ensino Superior*, diagnosticou-se que as maiores privações dizem respeito aos indicadores *recebimento de auxílio permanência ou bolsa acadêmica* ao longo da trajetória no Ensino Superior. Foi observado que 88,5% dos estudantes que realizaram o Enade em 2017 não receberam auxílio permanência ao longo de sua trajetória acadêmica. Ainda, cerca de 77,6% dos estudantes foram privados do recebimento de algum tipo de bolsa acadêmica. Este número foi ainda mais alarmante entre os estudantes de universidades particulares (97,1%) e entre aqueles que não ingressaram por meio de nenhuma política de inclusão social (91,9%).

Figura 2 - Incidência de privações na dimensão *Condições de permanência no Ensino Superior* (em %)

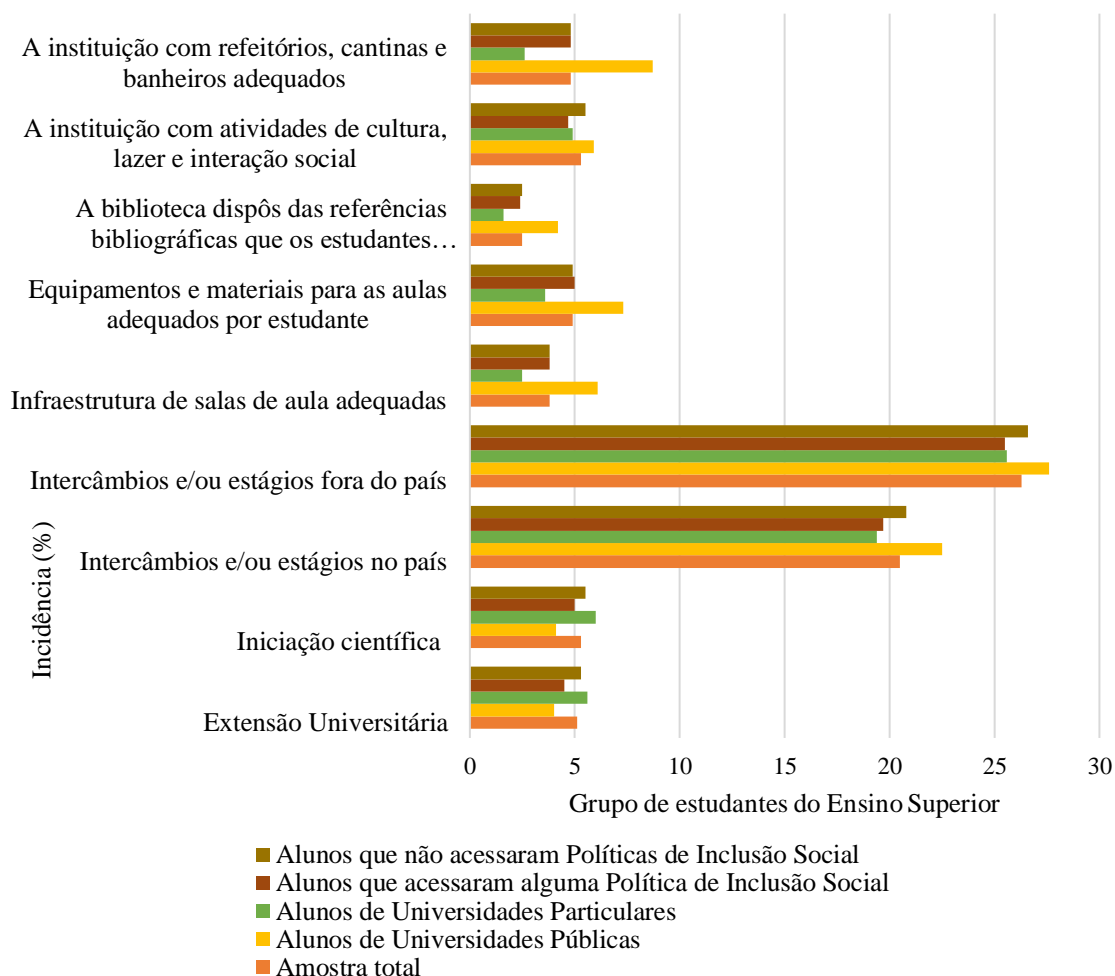


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

Ainda para a dimensão *Condições de permanência no Ensino Superior*, menores privações enfrentadas pelos estudantes estão associadas ao recebimento de bolsas ou financiamentos para custear as mensalidades. Por sua vez, as maiores privações são correlatas aos estudantes que não ingressaram no Ensino Superior via algum tipo de política de inclusão social. A explicação para este fato pode ser dada na medida em que muitas concessões de bolsas são feitas com base no rendimento dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou nos respectivos vestibulares, como é o caso do ProUni. Dessa forma, estudar em uma escola pública ou privada com nível elevado de ensino é um fator diferenciador para esses estudantes, além disso, uma renda suficientemente grande familiar permitirá maiores recursos destinados à educação dos estudantes e isso também pode afetar no desempenho deles.

Ressalta-se que as privações no âmbito dos indicadores da dimensão *Percepção dos alunos quanto à infraestrutura das universidades* em que estudaram, foram as menores dentre as três dimensões avaliadas. Ainda assim, foi possível observar diferenças entre os grupos analisados. Em suma, os alunos de universidades públicas percebem a infraestrutura de suas instituições mais frágil do que aquela percebida pelos estudantes de universidades particulares. Esse resultado corrobora com o estudo realizado por Marques, Pereira e Alves (2010), que analisaram a satisfação dos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria com a infraestrutura da universidade. Os autores demonstraram que existe uma tendência de insatisfação por parte dos discentes e destacam ainda que as limitações da infraestrutura das universidades públicas se dão, principalmente, pela grande dependência do financiamento governamental. Este último que, frequentemente, aplica sucessivos cortes no orçamento das universidades públicas brasileiras, em especial na área de humanidades.

Figura 03 - Incidência de privações na dimensão *Percepção quanto à infraestrutura das universidades* (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

Considerando que apenas dados referentes aos estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 foram analisados nesta pesquisa, as restrições observadas podem indicar grandes dificuldades encontradas pelos indivíduos para concluir o ensino superior. De fato, a incidência de privações (H) total observada entre os estudantes foi de cerca de 38,7%. Ao separar os estudantes por grupos, foi possível observar que aqueles que estudaram em universidades públicas sofreram menos privações ao longo de sua trajetória acadêmica do que àqueles que estudaram em universidades privadas.

A incidência de privação no grupo de estudantes oriundos das universidades públicas foi em torno e 27,6%, sendo 44,8% para os estudantes de universidades particulares. No entanto, o hiato de restrição média (A) foi bem próximo entre os dois, sendo de cerca de 41,4% para os estudantes de universidades públicas e de 40,9% dos estudantes de universidades particulares. Em outras palavras, dos estudantes de universidades públicas considerados em estado de privação, eram em média privados em 41,4% dos indicadores. Da mesma forma, dos estudantes de universidades particulares eram privados, em média, em 40,9% dos indicadores.

Sob a análise de grupos, ao se observar os estudantes que ingressaram por meio de política de cotas e ações afirmativas ou alguma outra de inclusão social, verificou-se a menor incidência de privações entre aqueles contemplados com esse tipo de política do que àqueles com outra forma de ingresso. A restrição para aqueles que se utilizaram dessas políticas foi de cerca de 33,9%, enquanto para aqueles que não foram contemplados com este formato de inclusão social foi de 40,5%.

Ademais, entre os considerados em estado de privação, eram privados, em média, em 40,2% dos indicadores entre os usuários das políticas e em 41,27% entre os não usuários, respectivamente. As informações mencionadas estão dispostas na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Índice de Privação, Incidência Média e Hiato de Privação Média

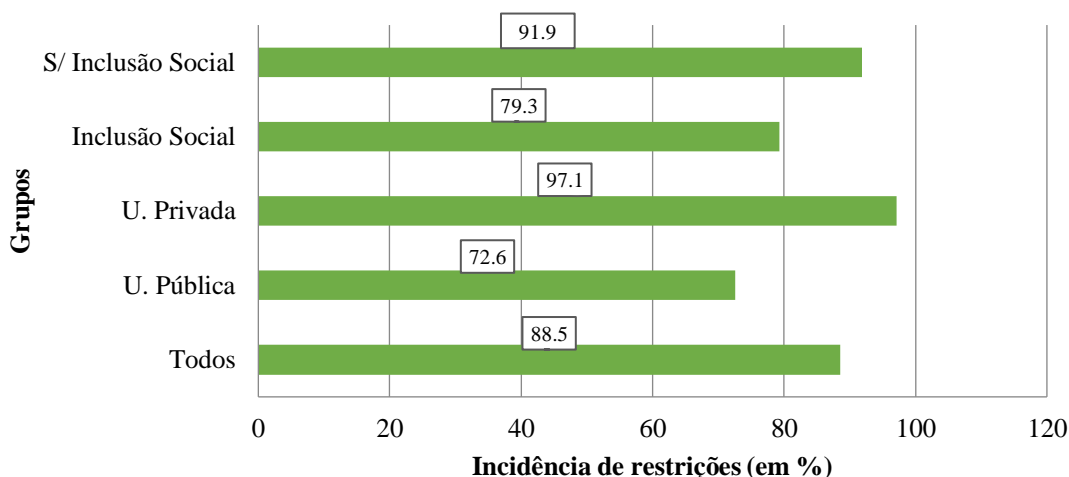
Grupos de análise	H	A	$M_0$
Todos os estudantes	38,7%	41%	15,9%
Estudante das Universidades Públicas	27,6%	41,4%	11,4%
Estudantes das Universidades Particulares	44,8%	40,9%	18,3%
Estudantes que acessaram políticas de inclusão social	33,9%	40,2%	13,6%
Estudantes que não acessaram políticas de inclusão social	40,5%	41,27%	16,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

A incidência ajustada revela a privação multidimensional ajustada à sua intensidade, de tal forma que, quanto mais indicadores os indivíduos se revelam privados, maior o indicador ( $M_0$ ) (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017). A maior incidência de privação ajustada observada foi entre os estudantes das universidades particulares (18,3%) e, a menor, entre os estudantes das universidades públicas (11,4%). Seguindo o mesmo exemplo da Incidência de Privação (H) e do Hiato de Privação Média (A), os estudantes que desfrutaram de políticas de inclusão social no Ensino Superior contaram também com uma ( $M_0$ ) menor (13,6%) do que aqueles que não foram contemplados com a política (16,7%). Este resultado aponta para a possibilidade de políticas de inclusão social serem capazes de reduzir o nível de privações que acometem estudantes de Ensino Superior no Brasil e que ganham até 1,5 salários mínimo, destacando sua grande importância dado o cenário de desigualdade nacional existente.

O indicador *auxílio permanência* foi o que apresentou maior incidência de restrição em todos os grupos analisados na pesquisa. No entanto, o maior número foi observado nos estudantes oriundos de universidades particulares (97,1%), seguidos por aqueles que não foram contemplados com nenhum tipo de política de inclusão social (91,9%), conforme pode ser observado na figura abaixo.

Figura 04 - Quantidade de estudantes privados no indicador *auxílio permanência*



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Enade (2017).

Os resultados acima apontados reafirmam a importância das políticas de inclusão social para redução dos obstáculos enfrentados pelos estudantes universitários no país, principalmente no que tange aos condicionantes de permanência desses estudantes nas universidades. Ademais, foi possível observar também o importante papel que a universidade pública desempenha para estes estudantes: seja por maior democratização<sup>8</sup> do acesso ao Ensino Superior, seja por proporcionar maiores condições de permanência dos alunos.

O maior acesso ao ensino superior e às condições para sua conclusão dados por ações de políticas de inclusão social, permitem que grupos historicamente menos favorecidos, em termos de renda e oportunidade social, tenham a possibilidade de romper o ciclo da pobreza e miséria por meio da educação, o que torna esse tipo de política necessária para a redução da desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira.

## 6 Considerações Finais

Com os resultados deste estudo, buscou-se identificar as fontes de privações enfrentadas pelos estudantes do Ensino Superior brasileiro que realizaram o Enade em 2017. Espera-se, portanto, que esta pesquisa possa contribuir na elaboração de políticas públicas que visem ao combate das vulnerabilidades que acometem os universitários ao longo de sua trajetória acadêmica e que, por conseguinte, contribuem para que os índices de evasão universitária sejam expressivos no Brasil.

De acordo com os resultados obtidos, foi possível perceber que as privações atingem em maior nível aos estudantes das universidades particulares e àqueles que não ingressaram nas universidades por meio de uma política de inclusão social. Visto que a análise do presente estudo foi desenvolvida com base nos microdados dos questionários

<sup>8</sup> As universidades públicas brasileiras contam com Lei de Cotas, instituída em 2012, que prevê a reserva de 50% das vagas reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (Ministério da Educação, 2013).

respondidos por estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, pode-se inferir que a falta de acesso a uma política de inclusão social - bem como os compromissos financeiros exigidos mensalmente pelas universidades particulares – figuram como dois dos principais fatores que dificultam esses estudantes a permanecerem em seus cursos de graduação.

Entende-se que as universidades públicas possuem papel fundamental para protagonizar o processo de democratização do Ensino Superior no país, especialmente por acolher estudantes de mais baixa renda. Ademais, as políticas de inclusão social têm se mostrado cruciais, ao permitir com que milhares de jovens possam concluir seus cursos de graduação com sucesso. Faz-se importante a reflexão a respeito das incertezas que cercam não somente a continuidade dessas políticas, como também ao acesso universal e gratuito às universidades públicas brasileiras. Em períodos de ataque à ciência e à universidade, cabe à comunidade acadêmica procurar demonstrar cada vez mais o papel do ensino superior na construção de uma sociedade mais justa e evoluída.

## Referências

ALKIRE S.; S. SETH. **Multidimensional Poverty and BPL measures in India: A comparison of methods** – Working Paper No. 15, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford University 2009.

ALKIRE, S. Dimensions of Human Development. **World Development**, v. 30, n. 2, p. 180-205, 2002. DOI: < [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(01\)00109-7](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(01)00109-7)>

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty**. Oxford: University of Oxford, 2007.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Poverty and inequality measurement. In: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. **An introduction to the human development and capability approach: freedom and agency**. Londres: Earthscan, p. 121-161, 2009.

BÔAS, G. K. V. Currículo, Iniciação Científica e Evasão de Estudantes de Ciências Sociais. **Revista Tempo Social**. São Paulo. v. 15. n. 1.,p. 45-62, 2003. DOI: < <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100003> >

BRASIL. (2012a). Lei no. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. (2012b). Decreto no. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília, 2007b. Institui o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccj-vil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccj-vil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>.



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes do Reuni**. Brasília, 2007 b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2007a. Disponível em: <[http://por-tal.mec.gov.br/arquivos/pdf/porta-ria\\_pnaes.pdf](http://por-tal.mec.gov.br/arquivos/pdf/porta-ria_pnaes.pdf)>.

CADAVAL, A. F.; MONTEIRO, S. M. M. Determinantes da qualidade da educação fundamental no Brasil: uma análise com dados do SAEB. In: **Encontro Nacional de Economia**, 39. Foz do Iguaçu, Anpec, 2011.

DAVID, L. M. L.; CHAYM, C. D. Evasão Universitária: Um Modelo para Diagnóstico e Gerenciamento de Instituições de Ensino Superior. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 167-186, Janeiro-Junho, 2019.

DIAS, E. CM; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. AS. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros–Unimontes–MG. In: **Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, São Paulo, SP. 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Microdados do Censo de Educação Superior 2010-2016 e Microdados do Enade 2017. Acesso em 20 nov. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>.

JUCÁ, S. C. S. et al. Acesso, permanência e êxito no Ensino Superior: análise do desempenho acadêmico e da evasão de estudantes no IFCE. **Revista Thema**, v. 16, n. 1, p. 115-128, 2019. DOI: <[tp://dx.doi.org/10.15536/thema.16.2019.115-128.1170](http://dx.doi.org/10.15536/thema.16.2019.115-128.1170)>.

MARQUES, C. S.; PEREIRA, B. A. D.; ALVES, J. N. Identificação dos Principais Fatores Relacionados à Infraestrutura Universitária: uma análise em uma IES pública. **Revista Sociais e Humanas**, v. 23, n. 1, p. 91-103, 2010.

NUSSBAUM, M. C. Education and democratic citizenship: Capabilities and quality education. **Journal Of Human Development**, Oxon, p. 385-395. 01 nov. 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1080/14649880600815974>>.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM), 2015. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>.

PAREDES. A. S. **A Evasão do terceiro grau em Curitiba**. São Paulo: NUPES, 1994.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA – PNAD CONTÍNUA. Agência de Notícias. Acesso em: 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>.

PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das nações**. Rio Janeiro: Campus, 1989.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.2, p. 182-200, jul./dez. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VELOSO, T. C. M. A.; DE ALMEIDA, E. P. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá—um processo de exclusão. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 13, 2013.

VERNIER, L. D. S.; BAGOLIN, I. P.; FOCHEZATTO, A. Distribuição e disseminação espacial da educação nos municípios brasileiros. In: **XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, 2017.

VIEIRA, C; KUHN, D. D; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, v 44, nº 1, 2017.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.

WALKER, M.; UNTERHALTER, E. (Org.). **Amartya Sen's capability approach and social justice in education**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

ZAGO, N.; PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I. Acesso e Permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, ano 19, n. 27, p. 145-169, jan./abr. 2016.